

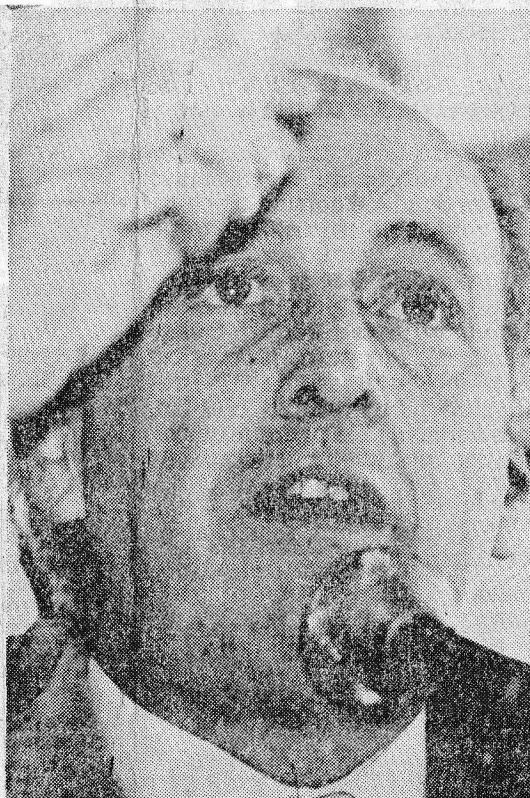
'Não temos reservas de sobra'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não temos reservas para dar e vender." Assom o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, explicou ontem a suspensão dos pagamentos de parte do principal da dívida brasileira com bancos e organismos oficiais, reunidos no Clube de Paris. O governo brasileiro comunicou ontem oficialmente a suspensão do pagamento de cerca de Cz\$ 1 bilhão à direção do clube e aos bancos de exportação/importação dos países desenvolvidos.

"É uma medida de proteção das nossas reservas, não uma atitude de confronto com os credores oficiais", disse o ministro Bresser Pereira, depois de confirmar a suspensão dos pagamentos. Os débitos brasileiros com bancos oficiais ficaram de fora da moratória de 20 de fevereiro passado, e tinham sido até parcialmente reescalados, em janeiro deste ano.

O ministro disse ainda que a decisão brasileira de estender a moratória a parte dessa dívida foi consequência da quebra de um dos pontos do acordo fechado em janeiro, pela equipe do então ministro Dílson Funaro: o compromisso de que as agências oficiais voltariam a conceder novos créditos ao Brasil, já



Bresser: "Não é um confronto"

a partir da assinatura do acordo. "Os bancos não faziam esses desembolsos. Parece que os governos se solidarizaram com os banqueiros de seus países, depois da moratória dos juros devidos aos bancos privados, em fevereiro", disse o ministro. Ele afirmou também que as reservas bra-

sileiras estão estáveis, depois de caírem nos dois meses seguintes à moratória, e devem aumentar de hoje em diante.

As dívidas que tiveram seu pagamento suspenso ontem foram todas feitas antes de 31 de março de 83 para vencer este ano. A parte do principal que venceu no primeiro semestre foi reescalada no acordo de janeiro por seis anos, com três de carência, mas o entendimento estava sujeito a uma avaliação positiva da economia brasileira por parte do FMI, e a um acordo com os bancos privados, até o dia 15 de julho próximo.

Com a mudança de ministro, e o atraso na elaboração dos plano da nova equipe, o FMI não teve tempo de fazer a avaliação. O governo brasileiro ainda tentou uma prorrogação do prazo, mandando a Paris em junho o embaixador Rubem Barbosa, secretário de assuntos internacionais do MF.

Mas o clube concedeu um prazo insuficiente, informou ontem o embaixador, explicando nota à imprensa distribuída pelo gabinete do ministro Bresser. O governo resolveu então apenas comunicar ao clube a necessidade de um novo prazo, e suspender os pagamentos dessa parcela da dívida, que deveriam ser feitos em três vezes, do final de julho a dezembro deste ano, se não houvesse o pronunciamento do FMI.

Já a parcela do principal que vence a partir de 1º de julho não tinha sido incluída no acordo de janeiro, nem era previsto seu reescalamento, a não ser que ocorresse "circunstâncias impeditivas fora do controle brasileiro", segundo a nota do MF.